

CHIPRE ENTRE A ESPERANÇA E A DIVISÃO: A ÚLTIMA ILHA DIVIDIDA DA EUROPA PODE SER REUNIFICADA?

A visita de António Guterres ao Chipre reacendeu uma pergunta que divide gerações: será possível reunir uma ilha partida por arame farpado e memórias, ou a divisão de mais de meio século já se tornou irreversível?

Ghadir Golkarian*



Imagem meramente ilustrativa, gerada por inteligência artificial.

A visita do secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, ao Chipre trouxe novamente para o centro da diplomacia internacional uma das disputas políticas mais antigas da Europa. Durante suas reuniões com os líderes das comunidades do norte e do sul da ilha, Guterres buscou verificar se existem condições para a retomada das negociações. No entanto, uma questão fundamental permanece sem resposta: o Chipre poderá voltar a ser unido sob uma república federal, ou será a realidade de dois estados separados que, em última análise, definirá o futuro da ilha?

Para o povo do Chipre, esse conflito é muito mais do que uma sucessão de resoluções das Nações Unidas, reuniões diplomáticas e negociações inconclusivas. A divisão da ilha está entranhada no cotidiano – em ruas que terminam abruptamente em postos de controle de fronteira, em casas cujos antigos proprietários ainda guardam as chaves, em famílias cujas memórias permanecem divididas pela zona-tampão e em uma capital que continua separada por arame farpado e postos de controle militares.

Nicosia – ou *Lefkoşa*, em turco – é mais do que uma capital política. É um símbolo vivo de uma ferida que permanece aberta há mais de meio século. Em algumas partes da cidade, bastam poucos passos para que a atmosfera de um país europeu moderno dê lugar a edifícios abandonados, postos militares e vestígios visíveis de um conflito que as gerações mais jovens conhecem apenas por meio de histórias, mas cujas consequências continuam a moldar o seu dia a dia.

Nesse contexto, a visita de Guterres à ilha, em 27 de julho, teve um significado que vai muito além de uma missão diplomática de rotina. O secretário-geral da ONU reuniu-se separadamente com os líderes de ambas as comunidades para avaliar se ainda havia uma oportunidade realista de retomar as negociações de paz. O resultado imediato da visita não foi um acordo abrangente nem a retomada formal das negociações. Ainda assim, o retorno do secretário-geral ao cerne da questão cipriota demonstrou que a comunidade internacional ainda não aceitou a divisão permanente da ilha como uma realidade inevitável.



Linha do tempo destacando os principais marcos diplomáticos e políticos que levaram à divisão de Chipre, desde a independência em 1960 até os recentes esforços de mediação das Nações Unidas em 2026.

Desde 1974, a questão do Chipre permanece como um dos conflitos não resolvidos mais complexos do mundo. A parte sul da ilha é governada pela República do Chipre, o governo reconhecido internacionalmente e membro da União Europeia. A parte norte é administrada pelos cipriotas turcos sob a denominação de República Turca do Chipre do Norte, uma entidade reconhecida apenas pela Turquia.

Uma zona de amortecimento, monitorada pela Força de Manutenção da Paz das Nações Unidas, separa os dois lados. Embora a linha divisória possa parecer estreita em um mapa,

ela representa uma profunda separação entre duas narrativas históricas, duas percepções distintas de segurança e duas visões concorrentes sobre o futuro da ilha.

Em sua essência, a disputa em Chipre não trata apenas de território. A questão fundamental diz respeito a como Chipre deve ser definido no futuro. A ilha deveria existir como um Estado único composto por duas comunidades políticas, ou deveria evoluir para dois Estados soberanos com *status* de igualdade?

O modelo consistentemente apoiado pelas Nações Unidas é o de uma federação bizonal e bicomunitária. Nesse formato, Chipre permaneceria um Estado soberano único, mas composto por duas entidades constituintes – uma predominantemente greco-cipriota e a outra predominantemente turco-cipriota. Ambas as comunidades participariam da governança do país, ao passo que os turco-cipriotas desfrutariam de igualdade política e ampla autonomia administrativa dentro de seu Estado constituinte.

Tal sistema preservaria uma soberania única, uma cidadania única e uma personalidade jurídica internacional única para Chipre. O governo federal supervisionaria as relações exteriores, a economia nacional, as relações com a União Europeia e questões específicas de segurança, enquanto ambas as entidades constituintes exerceriam ampla autonomia sobre seus assuntos internos.

À primeira vista, essa parece ser a solução mais equilibrada. Ela preserva a unidade jurídica e internacional de Chipre, ao mesmo tempo em que reconhece os turco-cipriotas como uma comunidade política constituinte, e não meramente como uma minoria. Esse princípio tem servido de base para praticamente todas as principais iniciativas de paz propostas nas últimas décadas.

Um acordo federal também se encaixaria de forma mais natural na estrutura institucional existente da União Europeia. A República de Chipre já é um Estado-membro da UE, e um acordo abrangente permitiria que as leis, os direitos e os benefícios europeus se estendessem por toda a ilha. Para os turco-cipriotas, isso poderia significar um acesso mais amplo aos mercados europeus, maiores oportunidades educacionais e econômicas, e uma redução da dependência econômica em relação à Turquia.

De uma perspectiva regional, a resolução da questão de Chipre poderia também aliviar as tensões entre a Turquia e a Grécia. Na última década, o Mediterrâneo Oriental tornou-se um palco de disputa por recursos energéticos, fronteiras marítimas e influência geopolítica. Um Chipre reunificado – ou, pelo menos, reconciliado – poderia transformar-se de uma fonte de instabilidade regional em uma ponte para a cooperação econômica e a segurança coletiva.

No entanto, é precisamente aqui que o modelo federal enfrenta seu maior desafio. Embora pareça convincente no papel, a sua implementação é muito mais complexa na prática. As

duas comunidades continuam a divergir sobre o significado de igualdade política. Os cipriotas turcos receiam que, por constituírem a população menor, possam acabar dominados pela maioria cipriota grega dentro de um Estado unificado. Eles insistem em uma participação significativa na tomada de decisões e, em certas questões críticas, em mecanismos eficazes para impedir decisões unilaterais.

Os cipriotas gregos, por outro lado, receiam que conceder amplos poderes de veto à comunidade cipriota turca possa paralisar o futuro governo federal. Temem também que a Turquia possa manter uma influência política duradoura sobre toda a ilha através das estruturas institucionais do Estado constituinte cipriota turco.

A segurança continua a ser a questão mais difícil de todas. A presença contínua de tropas turcas no Norte de Chipre, o sistema de garantias estabelecido em 1960, a possibilidade de intervenção externa, o retorno de pessoas deslocadas, as disputas sobre casas e propriedades abandonadas e a delimitação dos territórios constituintes representam questões capazes de comprometer até mesmo o acordo mais cuidadosamente negociado.

Em contraste com a visão federal, existe a solução de dois Estados, defendida principalmente por círculos políticos nacionalistas e de linha dura entre os cipriotas turcos. Os defensores desta abordagem argumentam que mais de 50 anos de administração separada criaram uma realidade política que já não pode ser ignorada. Na sua perspectiva, a ilha já conta com dois governos, dois parlamentos, dois sistemas administrativos, duas estruturas educacionais, duas economias e duas ordens políticas distintas. Acreditam, portanto, que esta realidade existente deve finalmente receber reconhecimento internacional.

Segundo este ponto de vista, os cipriotas turcos não deveriam entrar novamente em um arranjo político em que tenham constantemente a dominação pela maioria. Em vez disso, defendem a igualdade soberana – não apenas a igualdade entre duas comunidades dentro de um Estado, mas a igualdade entre dois Estados soberanos reconhecidos internacionalmente.

Este argumento atrai muitos cipriotas turcos devido à sua aparente simplicidade e clareza. Em vez de construir um sistema federal extremamente complexo com numerosos mecanismos de partilha de poder, cada lado manteria seu próprio governo enquanto negocia futuras relações com o vizinho na condição de Estado soberano em pé de igualdade.

No entanto, a própria solução que parece realista à primeira vista depara-se com obstáculos ainda maiores na prática. A comunidade internacional não reconhece a República Turca do Chipre do Norte, ao passo que sucessivas resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas continuam a reafirmar a unidade do Chipre. Reverter essa posição jurídica e diplomática exigiria uma transformação fundamental do consenso internacional existente,

um cenário para o qual há, atualmente, poucos indícios.

A União Europeia representa outro obstáculo importante. Ela reconhece o Chipre como um único Estado-membro. Mesmo que um Estado independente fosse formalmente estabelecido no norte, a sua adesão à União Europeia não ocorreria automaticamente. Tal Estado teria, quase certamente, de seguir um processo de adesão separado, processo esse que poderia ser facilmente bloqueado pela República do Chipre ou por qualquer outro Estado-membro.

Além disso, uma solução baseada em dois Estados não eliminaria as disputas mais contenciosas da ilha. Questões relativas à propriedade de imóveis, pessoas deslocadas, recursos naturais, fronteiras marítimas, Varosha¹ e à presença contínua de forças turcas permaneceriam sem solução. De fato, um conflito interno não resolvido poderia simplesmente transformar-se numa disputa permanente entre dois Estados vizinhos.

SOLUÇÕES PARA O CONFLITO DE CHIPRE: COMPARAÇÃO DOS MODELOS PROPOSTOS

Critério	Federação Bizonal e Bicomunitária	Solução de Dois Estados
 1. Estrutura política	Estado soberano único com duas entidades constituintes (greco-cipriota e turco-cipriota). Governo federal com autonomia ampla para cada entidade.	Dois Estados soberanos independentes e reconhecidos internacionalmente, cada um com governo próprio.
 2. Reconhecimento internacional	Preserva o reconhecimento internacional existente. A ONU e a UE apoiam amplamente este modelo.	Exigiria transformação fundamental do consenso internacional. Nenhum Estado-membro da ONU reconhece atualmente o Chipre do Norte.
 3. Integração europeia	A UE se estenderia naturalmente a toda a ilha. Turco-cipriotas ganhariam acesso direto ao mercado europeu.	O norte teria que seguir processo de adesão separado à UE, podendo ser bloqueado pela República do Chipre ou outros membros.
 4. Papel da Turquia	Influência turca limitada ao Estado constituinte turco-cipriota, sob supervisão federal.	Relações bilaterais diretas entre Turquia e Chipre do Norte como Estado soberano aliado.
 5. Propriedade e deslocados	Mecanismos de partilha e compensação dentro de um quadro jurídico unificado.	Disputas de propriedade permaneceriam como conflito entre dois Estados vizinhos.
 6. Relação Grécia-Turquia	Poderia transformar Chipre em ponte para cooperação regional no Mediterrâneo Oriental.	Risco de institucionalizar o impasse e criar uma disputa permanente entre vizinhos.
 7. Viabilidade política atual	Continuamente apoiada pela ONU. Depende de coragem política e confiança mútua ainda escassas.	Atraente para nacionalistas turco-cipriotas, mas enfrenta obstáculos jurídicos e diplomáticos insuperáveis no curto prazo.

Comparação detalhada entre os dois principais modelos propostos para a resolução do conflito cipriota: a federação bizonal e bicomunitária, preferida pela comunidade internacional, e a solução de dois Estados, defendida por círculos nacionalistas no norte da ilha.

Consequentemente, embora o modelo de dois Estados possa descrever com precisão a realidade política atual no terreno, a sua implementação permanece muito mais difícil no âmbito da ordem jurídica internacional vigente. Uma realidade *de facto* não se transforma automaticamente numa realidade *de jure*.

É nesse contexto que a visita de Guterres ganha um significado especial. O secretário-geral

¹ Varosha é um bairro litorâneo na cidade de Famagusta, no Chipre, mundialmente conhecido por ter se transformado em uma gigantesca cidade-fantasma depois da invasão turca de 1974. Antes do conflito, era um destino turístico luxuoso e próspero do Mar Mediterrâneo.

não chegou à ilha trazendo um plano de paz pronto. Seu objetivo principal era avaliar se ainda havia vontade política suficiente para retomar negociações significativas. No mínimo, a visita demonstrou que o canal de diálogo ainda não foi totalmente fechado.

No entanto, a atividade diplomática não deve ser confundida com um progresso político genuíno. Nas últimas cinco décadas, o Chipre testemunhou inúmeras conferências, iniciativas de paz, mediadores e promessas. Repetidas vezes, a população da ilha ouviu dizer que surgiria uma “oportunidade histórica”, apenas para ver a maioria dessas oportunidades desaparecer sem gerar resultados duradouros.

Talvez o maior perigo que Chipre enfrenta hoje não seja a eclosão de outra guerra, mas a normalização gradual da divisão. A cada ano, surgem novas gerações com pouca ou nenhuma experiência de convivência. As economias, os sistemas educacionais, os cenários midiáticos e as culturas políticas das duas comunidades continuam a se distanciar cada vez mais. Pode chegar um dia em que mesmo um acordo político bem-sucedido não conte mais com apoio público suficiente, pois as próprias sociedades terão se tornado distantes demais uma da outra.

O conflito de Chipre será finalmente resolvido? A resposta mais honesta é que uma solução permanece possível, mas ainda não pode ser considerada provável. Um acordo federal continua sendo a opção mais prática sob as perspectivas jurídica, internacional e econômica. Contudo, seu sucesso depende de um grau de coragem política e confiança mútua que ainda é escasso.

O modelo de dois Estados pode parecer mais claro e tranquilizador para muitos cipriotas turcos. No entanto, sem um amplo reconhecimento internacional, é improvável que se torne uma solução genuína. Em vez de encerrar a disputa, ele correria o risco de institucionalizar o impasse atual e transformar a divisão da ilha em uma realidade política permanente.

Em última análise, o Chipre precisa de mais do que fórmulas jurídicas e arranjos constitucionais. Os cipriotas gregos devem reconhecer que os cipriotas turcos não desejam se tornar uma minoria vulnerável dentro de um futuro Estado unificado. A reivindicação deles não é apenas por proteção, mas por participação significativa e *status* político de igualdade. Ao mesmo tempo, os cipriotas turcos devem reconhecer que a igualdade política não exige necessariamente a criação de dois Estados plenamente soberanos e reconhecidos internacionalmente.

O caminho mais realista a seguir pode, portanto, residir em uma **estrutura federal altamente descentralizada** – na qual cada entidade constituinte exerça ampla autoridade sobre seus próprios assuntos internos, mantendo-se, ao mesmo tempo, sob a égide de um único Estado soberano em questões relacionadas à representação internacional, à União Europeia e ao interesse nacional mais amplo.

Tal modelo não satisfaria plenamente nenhum dos lados. Os cipriotas gregos teriam que aceitar um nível sem precedentes de compartilhamento de poder político, enquanto os cipriotas turcos teriam que abandonar a expectativa de uma soberania internacional separada. No entanto, a história demonstra repetidamente que uma paz duradoura raramente surge de arranjos nos quais um dos lados obtém tudo o que busca. Uma paz sustentável constrói-se sobre o compromisso, a responsabilidade compartilhada e o reconhecimento mútuo.

Nesse sentido, a visita de António Guterres não trouxe paz para Chipre. Trouxe, contudo, uma escolha histórica novamente para a ilha: aceitar as dificuldades e responsabilidades da convivência ou continuar no caminho da separação – um caminho que se aprofunda, se consolida e se torna cada vez mais difícil de reverter a cada ano.

O futuro de Chipre não será decidido, em última análise, apenas em salas de conferência. Dependerá, em igual medida, de as pessoas que vivem em ambos os lados da Linha Verde passarem a acreditar que sua segurança e prosperidade não residem no isolamento mútuo, mas na construção de uma ordem política fundada no respeito mútuo, na igualdade e em um sentimento compartilhado de pertencimento.

Talvez essa seja a maior lição da questão de Chipre após mais de meio século. Fronteiras podem dividir territórios, mas não podem apagar permanentemente a história, a geografia ou o desejo humano de viver em paz. Se o Chipre permanecerá como a última ilha dividida da Europa – ou se acabará por se tornar um de seus exemplos mais bem-sucedidos de reconciliação – dependerá menos de declarações diplomáticas do que da disposição de suas duas comunidades para transformar a coexistência de uma necessidade política em um futuro compartilhado.

Por enquanto, a esperança não desapareceu. Ela simplesmente se tornou mais frágil do que nunca. Se os esforços diplomáticos mais recentes marcarão o início de um processo de paz genuíno ou apenas mais um capítulo em uma longa história de oportunidades perdidas, isso dependerá de decisões ainda a serem tomadas – não apenas pelos líderes políticos, mas pelo próprio povo de Chipre.

****Prof. Dr. Ghadir Golkarian** é pesquisador e autor iraniano radicado na Turquia e no Chipre. Nascido em Tabriz, Irã, em 1964, é um acadêmico especializado em Ciência Política, Literatura Oriental e Linguística e professor universitário de relações internacionais. Como analista político, escreveu artigos para a BBC, Euro News Persian, Cyprus News e Asr Azadi Online, entre outros. Suas áreas de especialização abrangem o programa nuclear do Irã, as relações Irã-Israel, literatura persa e turca e política do Oriente Médio.*
